



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638434 - BA (2021/0000768-9)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
IMPETRANTE : RAMON ABREU BASTOS JUNIOR
ADVOGADO : RAMON ABREU BASTOS JUNIOR - BA045250
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : HIAGO DOS SANTOS COSTA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de HIAGO DOS SANTOS COSTA apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA, no julgamento do HC n. 8000073-83.2021.8.05.0000.

Noticiam os autos que o paciente encontra-se preso preventivamente, pela prática, em tese, do crime previsto no art. 33 da Lei 11.343/06.

Nesta via, sustenta o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a prisão preventiva foi decretada de ofício pelo magistrado, sem requerimento do Ministério Público ou representação de autoridade policial, em claro desrespeito ao art. 311 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da liberdade ao paciente, ainda que mediante a aplicação de medidas cautelares diversas, expedindo-se alvará de soltura em seu favor.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Esta Corte Superior, nos termos da Súmula 691 do Supremo Tribunal Federal, pacificou orientação no sentido de que "*não se admite habeas corpus contra decisão negativa de liminar proferida em outro writ na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância*" (AgRg no HC 252.412/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 9-10-2012, DJe 17-10-2012), destacando que "*o referido óbice é ultrapassado tão somente em casos excepcionais, nos quais a evidência da ilegalidade é tamanha que não escapa à pronta percepção do julgador*" (AgRg no HC 300.610/MG, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 4-9-2014, DJe 15-9-2014).

E, da análise da documentação acostada aos autos, verifica-se que não está caracterizada flagrante ilegalidade suficiente para superar o óbice do referido enunciado sumular. É que a decisão objurgada não se mostrou teratológica, estando devidamente fundamentado o indeferimento do pleito liminar, pois a autoridade tida como coatora não entendeu presentes os requisitos necessários para a concessão sumária da ordem, tecendo ainda as seguintes considerações, *litteris* (e-STJ fl. 90):

No caso em exame, não se vislumbra, em juízo de cognição sumária, a existência de constrangimento ilegal a ser sanado em caráter de urgência, já que não comprovada qualquer ilegalidade ou abuso de poder no ato guerreado, tratando-se de decisão fundamentada, proferida por autoridade judiciária competente, dentro do respectivo procedimento penal.

Nesse ponto, deve ser destacado que a decisão de decretação da prisão preventiva fundamenta dentro da legalidade os motivos ensejadores da prisão, dentre eles a informação do Paciente de que supostamente estaria envolvido com o tráfico de drogas, tendo sido preso na posse de cento e oito gramas de cocaína, balança de precisão, um rolo de papel alumínio, um rádio comunicador e material comumente utilizado para realizar a traficância, fatos que justificam, a princípio, a decretação da sua prisão preventiva.

Assim, sem respaldo o pedido de provisão liminar, visto que os fundamentos que o embasam tem natureza satisfativa, sendo impossível abranger a questão de mérito do writ sem ultrapassar os limites da cognição sumária, porque o caso demanda mais informações, quanto a prática do delito imputado ao Paciente e sobre a eventual possibilidade de medidas cautelares, a serem colhidas no momento oportuno, que não em sede de plantão judiciário.

Destarte, INDEFIRO o pedido de concessão da ordem impetrada em caráter liminar.

Assim, os argumentos lançados pela autoridade apontada como coatora, em cotejo com os elementos que instruem os presentes autos, autorizam a conclusão do acerto do indeferimento da medida sumária.

Além disso, mister destacar que o revolvimento dessa questão certamente acarretaria a indevida supressão de instância, pois será alvo de exame oportuno na Corte de Justiça indicada como coatora, quando do julgamento do seu mérito.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento Interno deste Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se. Intime-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente